

PLANO DE GOVERNO – Por uma Nova Campina

***“O Socialismo não é um dogma.
O socialismo é uma civilização, uma atitude em relação
às questões mais importantes de nossa vida:
Paz, Justiça, Igualdade e Humanismo”.***

Simon Peres

1 – APRESENTAÇÃO

É imprescindível, de início, afirmar a luta pelo o fortalecimento dos movimentos sociais dentro do PSB, bem como nas gestões municipais dos socialistas.

Temos a convicção que o Socialismo só se dará de forma efetiva e ampla quando a diversidade se for considerada não somente como uma característica, mas sim como um fator indispensável ao partido para pensar suas posições políticas e a construção de políticas públicas para todos.

Pensar o Socialismo, hoje, no âmbito sociocultural e político do Brasil, requer uma dada atenção aos Direitos Humanos e Cidadania, bem como na defesa da liberdade, igualdade e alteridade dos sujeitos em sua diferença e diversidade.

O materialismo histórico dialético como ferramenta intelectual, nos possibilita compreender a sociedade do prisma dos arranjos sociais que se estruturam em sistemas de exclusão e marginalização que operam a partir das diferenças de classes, e que nos tempos atuais se agravam nos recortes do gênero, da etnia e da orientação sexual.

Homens e mulheres se diferenciam naquilo que pode uni-los.

É preciso que todos os segmentos do Partido se preparem para sua atuação conjunta com demais segmentos sociais (cite-se o movimento de LGBT, mulheres, negros e juventude), bem como o empoderamento teórico e filosófico desses sujeitos no tocante à promoção de um Socialismo efetivo e que contribua para superação de desigualdades, e que salvguarde a liberdade e a justiça social brasileira.

O Socialismo em real exercício, no contexto sociocultural brasileiro, requer particular atenção sobre o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Um Socialismo que garanta a igualdade a partir do enfrentamento da miséria, da alienação do trabalho e da desigualdade de direitos econômicos.

Entretanto, não há Socialismo pleno, nas suas diversas gestões públicas, se não há o desenvolvimento humano, a legitimação da humanização do humano.

A defesa do Estado laico, através de nossa Constituição, garante a laicidade do Estado, considerando que nenhuma religião é padrão no nosso país. Sejam católicos, evangélicos, espíritas ou de religião de matriz africana, o direito de ir e vir, sem quaisquer distinções, sem discriminação de raça, etnia, orientação sexual e gênero, deve ser considerado, garantido e respeitado. Isso é o que nos diferencia. Daí a importância de entender na voz e na prática de quem se apresenta como candidato do Partido Socialista Brasileiro-PSB.

A vivência e uma prática de um Partido de esquerda e socialista, como o PSB, antes de tudo, por princípios, Estatuto e Código de ética, é um Partido de esquerda e socialista. Logo, as práticas e os discursos devem ser consoantes às lutas de esquerda e do socialismo Brasileiro.

2 – INTRODUÇÃO

Campina Grande, como polo geográfico e cidade de vanguarda no desenvolvimento regional, nas últimas décadas perdeu espaço para outras cidades do interior do Nordeste, no que diz respeito a capacidade de gerar riquezas e se consolidar como cidade empreendedora, inovadora e indutora de conhecimento.

Daí a importância de identificar e consolidar as vocações de Campina Grande, associando-as e integrando-as, física e economicamente, em uma perspectiva de crescimento que favoreça a inserção nas economias mundial, nacional, regional e estadual, objetivando o fortalecimento e a modernização da sua infraestrutura mediante a conjugação de políticas públicas com a ativa participação da sociedade civil e da iniciativa privada.

Campina Grande, há décadas, se consolidou como cidade universitária, contando com duas universidades públicas, uma federal (UFCG) e outra estadual (UEPB), um instituto federal de ensino superior (IFES) e treze instituições de ensino superior privadas, além de dois centros de pesquisas federal como a EMBRAPA e o INSA, uma Fundação de Parques Tecnológicos (PaqTc) – reconhecida nacionalmente – e um Centro de Inovação e Tecnologia (CITTA).

Os Gestores até aqui não tiveram visão de futuro e não souberam agregar essa enorme massa crítica, inteligente e criativa, em favor de um novo tempo. Não souberam aproveitar todo esse vasto potencial de alta qualificação para induzir prosperidade, empreender negócios, inovar processos e produtos, de sorte que aqui frutificasse um novo ciclo de desenvolvimento, um ciclo virtuoso de crescimento e progresso.

É paradoxal ter uma Educação Superior de alta qualidade e de referência nacional, enquanto a Educação Básica, mais especificamente o Ensino Fundamental, em precária situação, não consegue sequer obter notas razoáveis na Prova Brasil e nem no Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb), que são avaliações para um diagnóstico em larga escala, feitas pelo MEC para avaliar a qualidade do ensino oferecido. *“A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas”.*

O Estrangulamento do tráfego urbano a que chegamos também é fruto da falta de planejamento. Uma cidade grande e bela, margeada por uma periferia pobre e desassistida, ainda convive com esgotos “a céu aberto”, sem meios de transportes dignos, sem iluminação pública e sem saúde de

qualidade. Isso para não falar na falta de áreas de desporto, lazer e cultura. Uma cidade abandonada, uma cidade sem futuro, mercê de interesses não republicanos.

Campina Grande, terra acolhedora, que jamais pergunta qual a origem do cidadão que aqui desembarca, oferecendo a todos a oportunidade para que aqui floresçam, mas, por outro lado, desafia a todos que aqui deixem, como contrapartida, sua marca e sua contribuição a sua característica mais indelével: seu vanguardismo.

Pelo exposto, a Gestão Municipal precisa ter um outro estilo de governar, uma nova governança, de sorte a ter um diálogo direto com a sociedade, os movimentos sociais, os fóruns e os conselhos, bem como com a Câmara de Vereadores.

É imprescindível a implantação de uma nova forma de fazer planejamento e gestão, quando a questão é recursos públicos. Garantir a aplicação das verbas destinadas à saúde e educação, assim como implantar o Orçamento Democrático Participativo, oportunizando às pessoas decidirem sobre quais são suas carências e prioridades e, por consequência, acompanharem a execução das obras e serviços demandados, seja pessoalmente ou por meio de aplicativos disponíveis nas redes sociais, é governar de forma participativa, é dar transparência a gestão pública, é ter compromisso com a boa gestão dos recursos públicos, é implantar a forma PSB de Governar.

A Campina Grande do Futuro, próspera e desenvolvida, não pode ficar presa a um passado de futricas e gangorras familiares, daí a necessidade de um novo tempo, de uma Nova Campina, uma Campina de todos e para todos.

3 – Por uma Nova Campina

O Plano de Governo, **Por uma Nova Campina**, focará no tripé de três eixos estratégicos, cada um com suas áreas específicas e propostas a serem

alcançadas, para assegurar direitos inalienáveis do cidadão, resolver os graves e recorrentes problemas de ***cidadania***, potencializando nossa ***inteligência*** para equacionar os entraves da mobilidade urbana e da gestão democrática e criando meios para ***gerar emprego e renda***, por meio de uma nova visão de futuro, aproveitando todas as nossas vocações: olhando o passado, norteando o futuro e realizando no presente.

Eixo I – Cidadania

Eixo II – Cidade Inteligente; e

Eixo III – Ciclo de Desenvolvimento.

I – Cidadania

**“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres” Rosa
Luxemburgo**

Cidadania, aqui compreendida à luz do que preconiza a nossa Carta Magna, assegurando os “Deveres do Estado” e os “Direitos do Cidadão”, serão os passos iniciais de um governo que encare os desafios que estão postos de forma a resolvê-los com participação ativa da sociedade e de maneira transparente. Todas as ações do governo devem ser planejadas e executadas à luz de um sistema de governança participativo.

As áreas abaixo listadas não são excludentes. Pelo contrário, ao longo da campanha e do mandato, certamente, muitas outras boas ações haverão de surgir. No entanto, como premissa, para que Campina Grande resgate sua cidadania, propomos ações efetivas nas seguintes áreas:

- I.1 – Saúde;
- I.2 – Educação;
- I.3 – Cultura;
- I.4 – Habitação;
- I.5 – Juventude, Esporte e Lazer;
- I.6 – Política para Mulheres;
- I.7 – Política para Equidade Sociais;
- I.8 – Meio Ambiente;
- I.9 – Governança; e
- I.10 – Servidor Público;
- I.11 – Segurança

II – Cidade Inteligente

Aqui, o conceito de cidade inteligente é o de uma cidade vanguardista, próspera e educada, que resolve implantar políticas, programas e ações de forma ativa, criativa e participativa. Como tal, hoje, Campina é a trigésima cidade mais inteligente entre as cinquenta mais inteligentes do país. O objetivo é que estejamos entre as 10 mais inteligentes do País.

A forma PSB de Governar, usando os recursos públicos para atender as necessidades do povo, passa a ser nosso compromisso. Um sistema de governança participativo para resolver os graves e recorrentes problemas de mobilidade urbana, sempre por meio de conselhos representativos, desde o planejamento e acompanhamento das obras até a implantação das políticas públicas aqui elencadas, será a melhor forma de incluir o povo nas questões que lhes dizem respeito ou que fazem parte do seu cotidiano.

A mobilidade urbana hoje é pauta das principais cidades do mundo. As cidades que não se planejaram para enfrentar os graves problemas acarretados pelo intenso tráfego de veículos, como único meio de transporte urbano, enfrentam hoje graves problemas de saúde pública, em decorrência do estresse humano e dos acidentes corriqueiros de veículos, motos e bicicletas, acarretando prejuízos de ordem física, financeira e emocional.

As cidades inteligentes, que mirem o futuro de curto, médio e longo prazos, precisam planejar a mobilidade humana de sorte a oferecer rapidez, conforto e segurança aos cidadãos. Se precisamos avançar na gestão pública e na disponibilização de serviços de forma democrática e participativa, haveremos de buscar recursos para reformar ruas e avenidas, propiciar *aplicativos* nas redes sociais que garantam transparência e participação popular, assim como oportunizar novos meios de acesso e de locomoção, com parcerias públicas e privadas.

Pensando de forma inteligente, pensando no futuro, propomos:

- II.1 – Ampla Reforma Urbana e Implantação do Estatuto da Metrópole;
- III.2 – Recuperação e Modernização da Feira Central de CG;
- II.3 – Implantação do Projeto Cidade Digital;
- II.4 – Novos Meios de Transporte Coletivo, por meio de parcerias-público-privadas (PPPs);
- II.5 – Novas Centrais de Integração;
- II.6 – Criação de Ciclo-Faixas e Ciclovias;
- II.7 – Regularização dos Meios de Transporte Alternativos;
- II.8 – Passe Livre (Para pessoas com Vulnerabilidade Social);
- II.9 – Passe Social (Meia passagem aos domingos e feriados)
- II.10 – Revitalização e Autonomia do Conselho Municipal de Transporte e Passagens;

III – Ciclo de Desenvolvimento

Desenvolvimento não pode ser visto apenas como um processo de industrialização, tal qual imagina o senso comum!

Desenvolvimento é crescimento econômico, social e político de um país, estado ou município.

Ademais, o desenvolvimento deve ser encarado sob a ótica de *Amartya Sen*, Prêmio Nobel de Economia de 2000, que assim se expressou: “Desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam e as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis”.

Em sendo assim, retomando o “*norte*” do desenvolvimento, perdido há décadas por gestores sem visão de futuro, propomos:

III.1 – Incentivo Locacional e Fiscal à Criação de Startups;

III.2 – Criação do Distrito Criativo;

III.3 – Criação de um Polo de Confecção de Roupas e Construção de um Grande Centro de Vendas Atacadista e Varejista;

III.4 – Criação de um Distrito Comercial para implantação de um Centro Logístico de Distribuição de Comercio Atacadista;

III.5 – Recuperação e Expansão do Polo Calçadista;

III.6 – Criação do Empreender CG;

III.7 – Criação da Fábrica Social de CG

III.8 – Construção do Centro de Cultura, Artes, Artesanatos e Folclore da Paraíba;

III.9 – Fortalecimento Turístico da Cidade – Criação de Feiras Anuais da Culinária, do Artesanato, da Cultura Popular e da C&T, bem como dos atuais eventos: Nova Consciência, São João e Festival de Inverno; e

III.10 – Incentivo a Agricultura Familiar na Zona Rural e Distritos.

Eixo 1 – Cidadania

I.1 – Área – Saúde

Propostas

Rede de Urgência e Emergência

- 1) Implantar mais duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24h de Porte I (50.000 habitantes), em parceria com o Governo Federal,** e concluir a de Porte II (100.000 habitantes), que, somadas à UPA Porte III existente (200.000 habitantes), atinge nosso teto municipal;
- 2) SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel as Urgência). Ampliar em 04 Ambulâncias para o socorro à população em casos de urgência,** sendo 02 USBs, que atendem aos casos de menor complexidade e contam com equipamento básico de suporte à vida; e 02 USAs, Unidades Avançadas, que são UTIs móveis, equipadas com o Sistema Tele-Eletrocardiografia Digital, tecnologia de ponta que ajuda a salvar vítimas de doenças cardiovasculares graves, como infarto e arritmia;
- 3) Implantar o serviço de transporte sanitário destinado aos pacientes internos em unidades hospitalares que precisem se locomover para realização de exames fora do hospital;
- 4) Equipar todas as Unidades Básicas de Saúde com equipamentos, materiais e medicamentos para atendimento às urgências, como preconiza a normatização do Ministério da Saúde;
- 5) Qualificar todo o pessoal da saúde no atendimento às urgências (primeiros socorros), com treinamento específico para os servidores lotados nas Unidades Básicas de Saúde, UPA's, Ambulatórios e Hospitais;

- 6) Realizar cursos de primeiros socorros para os professores de todas as escolas municipais, e orientar para que informações básicas sejam repassadas aos pais e alunos;
- 7) Ampliar em 10 equipes o Programa Melhor em Casa;
- 8) Criar Núcleo de Educação Permanente – NEP, com orçamento definido, para Rede de Urgência e Emergência;

Rede de Atenção Psicossocial

- 9) Promover uma melhor estruturação dos CAPS;
- 10) Construção de prédio próprio para dois CAPS em parceria com a União;
- 11) Criar Núcleo de Educação Permanente – NEP, com orçamento definido, para Rede de Atenção Psicossocial;

Rede de Atenção Primária

- 12) Atingir 100% de Cobertura do PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde (704 ACS's). Atualmente, Campina Grande tem cobertura de 83,32% com 587 ACS's;
- 13) Atingir o máximo de Cobertura de Equipes de Saúde Bucal (204 ESB's). Atualmente, Campina Grande conta com 51 ESB's;
- 14) Atingir o máximo de Cobertura de Equipes de Saúde da Família (204 ESF's). Atualmente, Campina Grande conta com 100 ESF's;
- 15) Ampliar para 23 o número de Núcleos de Apoio a Saúde da Família. Atualmente Campina Grande conta com 9 NASF's;
- 16) Construção de 30 Academias da Saúde;
- 17) Ampliar dos atuais 2 para 10 o número de Centros de Especialidades Odontológicas – CEO;
- 18) Ampliar a quantidade de Próteses Dentárias;
- 19) Implantar o Serviço Municipal de Implantes Dentários pelo SUS;

Qualificação da Gestão

- 20) Retomar o processo de reorganização administrativa da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde;

- 21) Qualificar os processos de compra de materiais, equipamentos, insumos, medicamentos, assim como a contratação qualificada para manutenção preventiva e corretiva dos mais diversos equipamentos.
- 22) Elaborar, de fato, um Plano Municipal de Saúde com a participação efetiva do Conselho Municipal de Saúde, respeitando seu caráter deliberativo e buscar maior legitimidade por meio do Orçamento Democrático;
- 23) Reestruturação completa, com a profissionalização dos serviços de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, tendo especial atenção com as ações de cadastramento de novos serviços e faturamento;
- 24) Implantar setor específico com pessoal qualificado para elaboração, acompanhamento e gestão de projetos que objetivem ampliar a capacidade de captação de recursos federais, estadual e de outras fontes, no sentido de qualificar a assistência prestada em Campina Grande;
- 25) Qualificar permanentemente os servidores que exercerão cargos de gestão, inclusive com a exigência de formação específica que, em caso de necessidade, deverá ser fornecida pelo próprio município em parceria com entidades públicas e/ou privadas, criando uma parceria forte com a Universidade Federal de Campina Grande e demais cursos superiores, públicos e privados, que desejem participar da qualificação do SUS em Campina Grande;
- 26) Garantir um canal permanentemente aberto com os trabalhadores da saúde, através da Mesa Permanente Municipal de Negociação do SUS, com a participação de todos os sindicatos de profissionais da área de Saúde e de representação, paritária, da gestão;
- 27) Garantir o funcionamento da Ouvidoria Municipal do SUS, através de 0800, *email e redes sociais*, em parceria com a Ouvidoria Nacional e a Ouvidoria Estadual do SUS;
- 28) Implantar "UNIDADE DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER", em âmbito regional, e garantir atendimento integral à mulher, com foco na

prevenção das doenças e na promoção da saúde, com especial cuidado no que tange ao câncer de colo de útero e de mama;

29) Contratação do terceiro setor para execução de objetos bem delimitados com a ampliação gradual do fornecimento dos serviços públicos estatais;

30) Criar o Programa “Saúde do Homem” para cuidar de forma integral, de acordo com os cuidados específicos no formato e nas faixas etárias preconizadas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde, sobretudo, com foco nas ações de conscientização sobre os cuidados necessários a população masculina, do tipo:

a. Oferecer tratamento ambulatorial diretamente relacionado à promoção da saúde do homem: vasectomia, para o planejamento familiar; disfunções sexuais; hiperplasia (dilatação) prostática benigna (HPB) e câncer de próstata e câncer de pênis.

b. Garantir recursos financeiros para ampliar o número de procedimentos de Diagnóstico e Terapia, voltadas para a prevenção de neoplasias malignas do homem.

31) Implantar o Centro de Referência de Diagnóstico por imagem para atender a demanda por procedimentos da Alta Complexidade, em âmbito regional.

- a) Biópsia guiada por ultrassonografia
- b) Densitometria Óssea
- c) Mamografia
- d) Punção guiada por ultrassonografia
- e) Raio X
- f) Raio X Contrastado
- g) Ressonância Magnética
- h) Tomografia Computadorizada

- i) Ultrassonografia
- j) Ressonância Magnética
- k) Tomografia Computadorizada
- l) Ultrassonografia

32) Atender as pessoas com necessidades especiais nas suas diferentes áreas:

a) Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência, promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade.

b) Garantir o cumprimento da legislação voltada ao segmento das pessoas com deficiência, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada.

c) Integrar os Centros Especializados em Odontologia - CEOs, conforme Plano Viver Sem Limite, como referência no atendimento odontológico aos portadores de deficiência e pacientes com necessidades especiais.

d) Integrar a AACD à rede hospitalar municipal para que possam ser realizadas as intervenções cirúrgicas necessárias à recuperação dos pacientes.

e) Garantir o recebimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção aos portadores dessas necessidades.

f) Garantir que os pacientes dependentes de meios auxiliares de locomoção decorrentes de trauma permanente, AVC etc. já saiam do hospital, no momento da sua alta, com a liberação de tais.

g) Definir e acompanhar a readequação física das unidades de saúde para garantia do acesso das pessoas com deficiência.

h) Implantar o CER – Centro de Referência da Pessoa com Deficiência de Campina Grande;

- 33) Assegurar a realização das Cirurgias Eletivas no prazo previsto;
- 34) Assegurar Assistência Oftalmológica;
- 35) Organizar a Central de Marcação de Consultas, com estrutura física e profissionais qualificados;
- 36) Implantar, ao lado do Centro Especializado em Odontologia – CEO, o Serviço de Implante Dentário pelo SUS;
- 37) Instalar em todas as escolas municipais escovódromos e consultório dentário para o trabalho educativo das equipes de saúde bucal e do PSF, além da possibilidade de realização de atendimentos como Primeira Consulta Odontológica Programática e Escovação Dental Supervisionada etc.;
- 38) Ampliar o serviço de Transplante de Córneas;
- 39) Implantar o serviço de transporte sanitário de pacientes acamados cadastrados pelas equipes do Melhor em Casa e de áreas distantes com dificuldade de acesso à transporte;
- 40) Implantar o Cartão Municipal de Saúde, com base no Cartão SUS Nacional, e disponibilizar acesso às informações, marcação de consultas e exames;
- 41) Criar o Plano Municipal de DST/AIDS;

Saúde Animal

O Brasil e os países-membros da ONU são signatários da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em uma assembleia da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Tecnologia), em Bruxelas, Bélgica, em 27/01/1978;

No Brasil a legislação mais antiga é o Decreto 24.654, de 10 de outubro de 1934, do presidente Getúlio Vargas. Na Paraíba já existe o Fórum Estadual dos Direitos e Bem-Estar dos Animais. Este Fórum já realizou várias audiências públicas na Assembleia Legislativa. Em Campina Grande existe o Fórum Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, ligado à Câmara Municipal de Campina Grande;

A Lei Municipal nº6.144, de 24 de agosto de 2015, estabelece penalidades administrativas para quem praticar ato de abuso, maus tratos, abandonar, ferir

ou mutilar animais dentro do município de Campina Grande. Aqui foi criada a Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais, na seccional da OAB.

- 42) Manter diálogo permanente com os membros do Fórum Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal e a Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB seccional Campina Grande;
- 43) Propor a criação da Coordenadoria ou Gerência dos Direitos dos Animais na estrutura administrativa da prefeitura de Campina Grande; e
- 44) Construir o Hospital Veterinário Público de Campina Grande.

I.2 – Área – Educação

A – Agenda Cidadã: por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social.

A competência constitucional principal da Educação Municipal é a oferta da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e, de forma complementar, o Ensino Fundamental. Portanto, apesar de todo o processo de educação formal ter como objetivo a formação cidadã. É exatamente na Educação Infantil que reside a maior crítica ao governo atual do PSDB.

O maior desafio da gestão do PSB no município de Campina Grande será a consolidação de uma política pública educacional que, por um lado, reconheça as experiências pedagógicas e administrativas historicamente acumuladas e, por outro, desenvolva um projeto educacional capaz de superar as atuais deficiências pedagógicas e de infraestrutura, favorecendo a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental com qualidade social, inclusiva e democrática, garantindo o respeito e o atendimento às diversidades étnicas, religiosas, econômicas e culturais, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação.

É compromisso da gestão do PSB promover ações que garantam não somente o acesso e a expansão da Rede Municipal de Ensino, notadamente com a construção de novas unidades de Educação Infantil, mais, também, que promova a permanência da criança e do adolescente na escola.

Garantir o padrão de qualidade em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, por meio do domínio de saberes, de habilidades, de competências e

de atitudes necessários ao desenvolvimento da cidadania plena, ofertando os insumos próprios da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Também se coloca como aspecto fundamental da gestão do PSB o fortalecimento da Gestão democrática da educação e controle social da educação, bem como a excelência na formação e na valorização dos profissionais da Educação.

Propostas

1. CAMINHOS DA GESTÃO ESCOLAR:

Projeto que em sintonia com o Plano de Ações Articuladas – PAR do Ministério da Educação, visa aperfeiçoar os instrumentos de democratização da gestão escolar. Consiste em acompanhar e diagnosticar as principais demandas das escolas a partir da realização de audiências públicas com os gestores, presidentes de conselho escolar, representantes dos professores, dos técnicos e da Secretaria de Educação. Nos caminhos da gestão, o planejamento estratégico das ações que vão impactar diretamente nas condições de funcionamento da rede municipal será traçado a partir da escuta da comunidade, que resultará na elaboração de um plano pedagógico de ação com as metas a serem atingidas.

2. REDE DE VALOR E SOLUÇÃO 40:

Adoção de iniciativas que visam estimular e valorizar as práticas pedagógicas inovadoras e exitosas dos professores, técnicos e gestores escolares, respectivamente, que resultem diretamente na melhoria do IDEB. Será realizada por meio de seleção dos melhores projetos dos docentes e/ou técnicos em exercício de suas atividades e que estejam lotados nas escolas da rede municipal que serão assim premiados com um 14º salário e escolas bem-sucedidas na gestão escolar que receberão o 15º salário.

3. GIRA MUNDO:

Estabelecer parcerias com instituições e/ou órgãos públicos ou privados internacionais com intuito de promover intercâmbios com países de língua portuguesa, espanhola e inglesa, em especial para favorecer a ida de docentes da Rede Municipal de Ensino,

favorecendo o conhecimento de outros sistemas educacionais e produzindo ressignificações nas suas práticas pedagógicas em Campina Grande.

4. BOLA NA REDE:

Projeto de combate à evasão escolar, por meio dos esportes. Busca aproveitar o gosto dos alunos pelas atividades físicas. Considerando que os esportes ocupam um lugar de destaque na sociabilidade dos moradores de Campina Grande, o projeto Bola na Rede visa promover ações de cidadania e inclusão, realizando eventos esportivos para os alunos, visitas as principais praças esportivas da cidade, parcerias com a Secretaria de Juventude Esporte e Lazer e com Clubes beneficiados com o programa Gol de Placa, em forma de contrapartida na promoção de palestras motivacionais com atletas da cidade, formação de divisão de base, recrutando jovens da rede, visando uma educação para o esporte que diminua os índices de violência e aumente a inclusão social;

5. PROGRAMA EDUCADOR +10:

Adoção de iniciativas mais ousadas de Formação Continuada para os profissionais da Educação, por meio da formalização de parcerias com instituições públicas, a exemplo da UEPB, da UFCG, da UFPB e do IFPB, notadamente com a oferta de cursos de Mestrado voltados aos educadores de município, em áreas estratégicas para a melhoria da oferta da educação municipal;

- 6. Ampliar** os mecanismos de aquisição dos Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar das creches e escolas da Rede Municipal de Ensino;
- 7. Ampliar a quantidade e/ou melhorar a qualidade das Salas de Leitura e/ou Bibliotecas, bem como dos Laboratórios de Informática e de Ciências** com instituição de TUTORIAS, por meio de profissionais habilitados para prestar o apoio técnico e pedagógico aos alunos;
- 8. Assumir a construção de Creches** como a prioridade da Secretaria de Educação, aliada a **Reforma e a Ampliação de Escolas e Creches**, acompanhadas da construção de ginásios que promovam as atividades recreativas e lúdicas.

9. Ampliar o Modelo da Escola “ESCOLHA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II”

Esse novo conceito para educação rompe com os paradigmas de uma educação excludente e autoritária, os estudantes possuem disciplinas eletivas, salas temáticas, clube de líderes e todo um projeto voltado para o aprimoramento de um projeto de vida.

Há um dispositivo legal que determina a carga-horária anual e os dias letivos (200 dias) em face do currículo definido nas diretrizes nacionais. Portanto, como encontrar espaço para disciplinas eletivas sem comprometer a carga-horária mínima e aquisição dos conteúdos mínimos recomendados, nas chamadas disciplinas estruturantes, a exemplo de Português, Matemática, Ciências, etc.?

Com a expansão do Ensino Integral, será possível adotar um projeto dessa natureza no contra turno, considerando que com essa implantação, a carga-horária seria ampliada, favorecendo experiências pedagógicas inovadoras.

Portanto, não há como falar de avanços na Educação Básica, sem assumir compromisso com a questão da expansão e/ou implantação da Educação Integral. Aliás, essa proposta, somente será possível com a implantação da Educação Integral ampliando seu espaços físicos. Se hoje a Rede Municipal tem em média 25 mil estudantes ocupando um determinado espaço, para implantar a Educação Integral, mantendo o mesmo número de alunos, será necessário ampliar os espaços físicos. Caso contrário, a implantação do Ensino Integral implicaria em redução do número de alunos.

Portanto, a implantação progressiva da Educação Integral, a partir de um estudo profundo sobre as condições de oferta, inclusive com a reorganização da rede, considerando que há escolas que oferecem educação infantil e o ensino fundamental, concomitantemente. É interessante fazer um estudo para organizar melhor a oferta na Rede Municipal. Num mesmo bairro, existem várias escolas oferecendo as mesmas etapas e modalidades. Organizar isso seria um passo decisivo para implantar o tempo integral.

10. Implantação do SISTEMA SABER

Consiste na informatização de todo o sistema educacional, envolvendo informações online relativas a estrutura das escolas, número de salas, bibliotecas, espaços de salas, número de alunos, professores, técnicos e frequência. Enfim, um sistema já desenvolvido na rede estadual com sucesso que possibilita um planejamento estratégico das ações para

educação, otimizando distribuição de fardamentos, kits escolares, cálculo para programas como PNAE, PDDE, etc.;

11. Escolha de Gestores – aperfeiçoar o processo de escolha democrática dos gestores das escolas e creches, adotando estratégias que promovam a formação continuada prévia para os (as) que pretendem concorrer ao processo eleitoral;

12. Fortalecer o investimento na modernização das Escolas e Creches, não somente em relação à implantação e/ou melhoria dos Laboratórios de Informática mais, também, com a implantação de projetos de robótica, de laboratórios de ciências e matemática na segunda fase do Ensino Fundamental, bem como em materiais didáticos-pedagógicos não disponibilizados pelo Governo Federal/MEC;

13. Priorizar o investimento na formação continuada dos profissionais da Educação, notadamente em áreas estratégicas para consolidar uma escola inclusiva, democrática e de qualidade social. Formação continuada para a Educação Inclusiva, para a Educação de Jovens e Adultos, para a Cultura da Paz e da Diversidade, para a Gestão Escolar e Pedagógica, entre outros, se colocam como prioritárias na gestão do PSB;

14. Implantar projetos educacionais que promovam o enfrentamento da evasão, do abandono, da reprovação e da distorção idade-série; e

15. Valorizar as experiências pedagógicas e de gestão inovadoras que promovam a alfabetização da idade certa, por meio de prêmios que contemplem o professor, a gestão e a equipe técnica das escolas.

I.3 – Área – Cultura

Adotar Ações Efetivas de Promoção e Diversidade Cultural

Propostas

- 1) Criação do Plano Municipal de Cultura;
- 2) Garantir aporte de recursos para o Fundo Municipal de Incentivo a Cultura – FUMIC;

- 3) Criar o Distrito Cultural, fomentando espaços onde haja encontro das culturas (produções e apresentações musicais, teatrais, circenses, etc);
- 4) Acolher nomes indicados pelos líderes do movimento cultural campinense para designação do Secretário de Cultura;
- 5) Incentivar o Projeto OCUPA AÇUDE, entre outros, de sorte que os espaços públicos sejam ocupados para eventos culturais;
- 6) Criar Políticas Públicas que incentivem movimentos culturais nos bairros e periferia.
- 7) Revitalizar, preservar e garantir acesso ao Patrimônio Cultural da cidade:

- Teatro Municipal Severino Cabral;
- Museu do Algodão;
- Museu Histórico;
- Centro Cultural Lourdes Ramalho;
- Biblioteca Municipal Felix Araújo;
- Biblioteca Carmem Elói Danda;
- Filarmônica Eptácio Pessoa; e
- Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU

I.4 – Área – Habitação

Empreender esforços para zerar o déficit habitacional de Campina Grande, em parceria com os Governos Estadual e Federal.

Propostas

- 1) Construir três Conjuntos Habitacionais “Cidade Madura”;
- 2) Construir, em parceria com o Governo Federal, Conjuntos Habitacionais “Minha Casa, Minha Vida – Bairros”;

- 3) Revitalizar moradias do Centro da cidade e de Áreas de Risco; e
- 4) Trabalhar uma política habitacional para atender a demanda por moradia de baixa renda.

I.5 – Área – Juventude, Esporte e Lazer

Carta de Compromisso do PSB com a Juventude

Propostas

- 1) Fortalecimento na gestão das Políticas Públicas de Juventude;
- 2) Garantia da participação da juventude na construção, execução, avaliação e monitoramento das políticas públicas;
- 3) Criação e Estruturação dos Centros de Referência da Juventude, permitindo um acompanhamento do percurso social do/a jovem;
- 4) Proporcionar o acesso da juventude a cultura, ao esporte e lazer, reduzindo os índices de homicídios da juventude;
- 5) Inserção e Permanência da Juventude no Mercado de Trabalho; Incentivo ao empreendedorismo e a economia solidária; Possibilitar a autonomia e a Emancipação da Juventude;
- 6) Assistência e inclusão social da juventude em vulnerabilidade e em conflito com a lei;
- 7) Redução dos indicadores;
- 8) Criação da Secretaria Municipal da Juventude;
- 9) Criação do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas da Juventude;
- 10) Criação do Fundo Municipal de Juventude;
- 11) Criação do Plano Municipal da Juventude;
- 12) Criação de uma Coordenação de Política Sobre Drogas;
- 13) Criação de Programa Municipal de Enfrentamento ao Homicídio da Juventude Negra;
- 14) Fortalecimento do Conselho Municipal de Juventude, com maior presença das representações da juventude;
- 15) Criação da Ouvidoria Jovem;
- 16) Ampliar a representação dos segmentos de juventude nos vários instrumentos municipais de controle social;
- 17) Dialogar com as várias organizações e entidades da sociedade civil

- 18) Criação das ofertas de cursos e oficinas, tanto para profissionalização quanto nas áreas de cultura, artes e esportes;
- 19) Criar o Circuito das Praças, com realização de oficinas nas áreas da cultura e das artes voltadas a juventude;
- 20) Realizar Escolinhas Esportivas nas Praças;
- 21) Abertura de Editais Específicos para a Juventude nas áreas da cultura e das artes;
- 22) Construção e Reforma dos Campos Esportivos nos Bairros;
Incentivar a produção agroecológica e coletiva da juventude nos cinturões verdes da cidade;
- 23) Criar o Empreender Jovem;
Efetivar os Programas Sociais: Projovem Adolescente, Projovem Urbano; Projovem Campo; Pronatec Municipal, todos direcionados para as comunidades em que configurem maiores taxas de vulnerabilidade juvenil;
Efetivação da Política de Danos e Atenção à saúde da população jovem; e
- 24) Criação de um projeto de fomento e apoio aos arranjos produtivos juvenil.

I.6 – Área – Política para Mulheres

As mulheres socialistas aprovaram no VII Congresso Nacional de Mulheres Socialistas do Partido Socialista Brasileiro a ***Plataforma de Políticas Públicas para as Mulheres nos Governos do PSB***, que deverá ser implementada por prefeitas e prefeitos socialistas.

A promoção de uma nova relação entre homens e mulheres é ponto estruturante das políticas sociais socialistas.

As políticas socialistas de construção da igualdade de oportunidade entre os sexos devem ser reconhecidas, pelas demais administrações municipais do país, como exemplo para enfrentar as discriminações e exclusões baseadas no gênero.

As administrações municipais são responsáveis pelas políticas de atendimento às necessidades básicas da população, com possibilidade de influir sobre a formação dos indivíduos desde a sua mais tenra infância.

As administrações municipais, por sua proximidade com as populações, gozam de um lugar privilegiado para promover as mudanças de

comportamento, necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico proposto pelo modelo socialista.

Propostas

SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS

- 1) Ampliação, para 180 dias, do Direito à Licença Maternidade para as servidoras Municipais;
- 2) Integração do município à Rede Nacional de Bancos de Leite Humano;
- 3) Promoção de ações e ampliação de acesso a informações sobre prevenção, tratamento e controle das doenças sexualmente transmissíveis, HPV, HIV/Aids e hepatites virais;
- 4) Promoção da atenção à saúde mental das mulheres com sofrimento mental causado pelo uso de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas, agrotóxicos);
- 5) Implantação e implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, criado desde 1983, priorizando as seguintes ações:
 - ☐ Criação de Programa de Atenção às Mulheres Gestantes, com prioridade de atendimento médico e hospitalar humanizado, na hora do parto;
 - ☐ Funcionamento de serviços de aconselhamento para amamentação;
 - ☐ Criação de Programa de Prevenção e Atenção à Gravidez na Adolescência;
 - ☐ Criação de Programa de Planejamento Familiar.
- 6) Fiscalização da implementação da Lei do Parto Nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS;
- 7) Implantação de serviços municipais para garantir a efetivação do direito das mulheres à mamografia e aos exames preventivos do câncer de útero, com o fim de reduzir a mortalidade feminina por essas malignidades;
- 8) Criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama e de Útero, fortalecendo a consciência da população para a importância da prevenção;

- 9) Criação de Programa de Redução de Danos no enfrentamento ao uso de drogas;
- 10) Elaboração e implementação de um Plano Municipal de Combate à Epidemia de Feminização da Aids e outras DSTs;
- 11) Fiscalização da implementação da Lei de Brinquedotecas Nº 11.104 de 21 de março de 2005, de autoria da Dep. Luiza Erundina de Sousa.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- 12) Promover a qualificação profissional das mulheres de acordo com as políticas de desenvolvimento, valorizando a sua formação técnica e tecnológica;
- 13) Construir parcerias com o Governo Federal e com empresas privadas para construir creches nos bairros, facilitando a vida profissional das mulheres;
- 14) Priorizar nos programas de emprego e renda as mulheres chefes de família;
- 15) Fomentar a organização de cooperativas e associações de mulheres, como forma de gerar renda;
- 16) Criar mecanismos municipais de microcrédito e criando condições especiais de acesso para as mulheres chefes de família.

ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- 17) Criação de Centros de Referência da Mulher, no âmbito dos governos municipais, vinculados aos organismos municipais de políticas para as mulheres, para orientar as mulheres quanto ao seu direito à uma vida livre de violência;
- 18) Enfrentamento, não aceitação ao assédio sexual no espaço de trabalho;
- 19) Integração de equipes municipais aos planos, programas e serviços de combate sistemático ao tráfico de mulheres;
- 20) Proibição expressa do uso da imagem da mulher nas campanhas publicitárias dos governos municipais;
- 21) Proibição expressa de contratação de bandas musicais, que executem músicas que detratem a imagem da mulher, para eventos oficiais do município, ou que o município apoie;
- 22) Apoio das forças municipais à implantação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres, em regime de 24 horas,

e/ou postos nas delegacias existentes para atendimento adequado as mulheres;

23) Divulgação permanente, através de mecanismos institucionais, da Lei Maria da Penha;

24) Enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres;

FORTELECIMENTO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

25) Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;

26) Estímulo à participação das mulheres no controle social das políticas públicas, especialmente por meio do fortalecimento dos Conselhos dos Direitos da Mulher estaduais, distrital e municipais;

1) Criação, revisão e implementação de legislação e instrumentos normativos, com vistas à igualdade de oportunidades das mulheres e entre as mulheres na ocupação de posições de decisão nas distintas esferas do poder público;

2) Estímulo à criação e fortalecimento de órgãos e organismos públicos de políticas para as mulheres nos municípios;

EDUCAÇÃO

27) Criação de programas específicos de formação técnica para mulheres;

28) Implementação de programas de alfabetização para mulheres;

29) Inserção na grade curricular da temática de gênero;

30) Ampliação do número de creches municipais;

31) Promoção de cursos de formação continuada de gestores e gestoras e profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades;

32) Ampliação do acesso e da permanência na educação de mulheres com baixa escolaridade;

GESTÃO

33) Criação e Fortalecimento de equipamentos municipais, como Secretaria ou Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres;

34) Criação de centros de referência para atendimento às mulheres em situação de violência, com capacidade para prestar atenção psicológica, jurídica e social;

- 35) Criação e Fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher; e
- 36) Garantir a transversalidade da Política de Gênero entre as secretarias estaduais e municipais.

I.7 – Área – Política para Equidade Sociais

O povo negro no Brasil de norte a sul, clama e luta político e socialmente por igualdade de direitos civis, por justiça social, por um sistema educacional digno de ensino- aprendizagem, por direito de oportunidade igual entre brancos e negros, por respeito à diversidade e por fim, pela construção de uma sociedade plural e igualitária. Assim, nossas propostas são para Implantar Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Município.

Propostas

- 1) Incorporação da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos Programas Governamentais;
- 2) Implantação e execução do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- 3) Publicização da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- 4) Construção de estratégias que garantam a incorporação das políticas de promoção da igualdade racial nos programas governamentais;
- 5) Construção coletiva de ações em parceria com o conjunto das secretarias afins que contribuam para eficácia de políticas transversais nas questões étnico e raciais.
- 6) Implantação e implementação do Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
- 7) Assegurar políticas públicas de redução da evasão escolar e defasagem idade-série dos/as alunos/ as pertencentes aos grupos étnicos raciais discriminados;
- 8) Assegurar ações que visem a eliminação do analfabetismo entre a população negra e demais grupos étnicos raciais discriminados;
- 9) Garantir o cumprimento, por meio de um Decreto Municipal, do Plano Nacional de implementação da lei 10.639/03 que trata sobre a educação para as relações étnico raciais e para o ensino de História e Cultura afro brasileira;

- 10) Estimular o uso de bens materiais e imateriais do patrimônio cultural das comunidades de terreiro, bem como enfrentar a intolerância religiosa dentro da escola;
- 11) Assegurar ações que permitam a convivência entre as diferenças religiosas, exercitando a prática da aceitação e do diálogo pluriétnico;
- 12) Assegurar o quesito raça/cor e denominações religiosas em todas as fichas de matrículas dos/das alunos/as nos diferentes níveis do sistema municipal de ensino, respeitando a opção étnica e religiosa da auto declaração;
- 13) Apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a implementação de políticas de ação afirmativa para a população negra;
- 14) Implementar a política municipal de saúde integral da população negra e a efetivação do acompanhamento das ações planejadas;

I.8 – Área – Política para o Meio Ambiente

RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS

Atualmente vários setores do Governo do Estado começam a se mobilizar para enfrentar o problema dos resíduos sólidos e líquidos nas cidades do Estado da Paraíba, buscando diagnosticar e auxiliar o enquadramento dos Municípios da Paraíba na Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, e no Decreto 7.404/2010, que regulamentou essa Lei e estabeleceu a data limite de Agosto de 2012 para que todos os municípios brasileiros elaborassem um Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos e, a data de Agosto de 2014, para eliminação de lixões e implementação de Aterros Sanitários, enquadrando-se às normas ambientais vigentes tanto para os resíduos sólidos como para os resíduos líquidos.

Neste contexto na Paraíba, a realidade atual tem seguido os padrões dos demais Estados do País, em que: i) A má gestão das ações norteadas por

políticas públicas surgidas nas esferas dos setores – governo, mercado e sociedade civil, tem causado ainda mais danos aos recursos naturais ameaçados de esgotamento pela ação antrópica, ii) A presença de lixões em regiões sensíveis às poluições, causando infiltração de chorume no solo, acarretando impactos negativos diversos na sociobiodiversidade e iii) Não há a aplicação do Plano de Resíduos Sólidos no Estado, causando preocupação nos órgãos ambientais e do Governo Federal.

Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba – Aspecto Político e Disposição

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), levou mais de 20 anos para ser aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente (Lei Nº 12.305/10). Em agosto de 2014, exatamente quatro anos após a sanção, quando nenhum resíduo reciclável deveria ser descartado e todos os rejeitos deveriam seguir para aterros sanitários, o Estado da Paraíba permanece exatamente como quatro anos atrás.

Pela Lei que regulamentou a PNRS, o lixo terá que ser encaminhado para um aterro sanitário, forrado com manta impermeável, para evitar a contaminação do solo. O chorume deve ser tratado e o gás metano terá que ser queimado. Quem não cumprir a legislação estará submetido às punições previstas na Lei de Crimes Ambientais, que prevê multa de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões.

A PNRS, instituída pela Lei Nº 12.305/10, contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Estabelece, ainda, outros instrumentos que ajudarão o Brasil a atingir uma das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que era de alcançar o índice de reciclagem de resíduos de 20% em 2015.

Mesmo aquilo que a Lei já prevê há décadas, como a segregação, transporte diferenciado e incineração de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS), ainda não foi solucionado. A situação dos Resíduos Sólidos no Brasil, Nordeste, Paraíba e Campina Grande é preocupante.

A Região Nordeste apresenta a situação mais crítica em relação às demais do País, com a maior geração diária de resíduos por habitante e 51% dos 1.688 lixões espalhados pelo País.

Na Paraíba, os dados mostram que 66% dos RSU gerados na Paraíba são de origem orgânica, matéria orgânica putrescível, atingindo um valor aproximado de 66% (percentagem em peso); o percentual de plásticos é em torno de 11%; vidro 5% e papel e papelão 4%.

Em decorrência do elevado teor de matéria orgânica, o RSU gerado no Estado apresenta grande potencial poluidor.

Em decorrência desta disposição inadequada, os problemas mais comuns são:

1. Doenças: O RSU (lixo) descartado em lixões a céu aberto e até mesmo em terrenos baldios, atrai escorpiões, ratos, mosquitos, entre outros, transmitindo doenças infecciosas como diarreia, podendo também virar abrigo de larvas de mosquitos como o *Aedes Aegypti*;
2. Enchentes e Inundações: Quando o RSU (lixo) é descartado em vias públicas, o mesmo vai acumulando ao ponto de entupir a canalização de esgoto, e assim quando chove, causa inundações e enchentes.

Conclusão

Com base na geração, coleta e disposição dos resíduos sólidos urbano, pode-se concluir que:

1. A existência de lixões em regiões sensíveis às poluições, causando infiltração de chorume no solo, acarretando impactos diversos na sócia biodiversidade;
2. A necessidade da implantação de uma gestão socioambiental eficiente do lixo e que atenda de modo integral às camadas envolvidas, da geração ao seu reprocessamento ou reciclagem é impulso para a manutenção da qualidade de vida na cidade;

3. Por não existir política de destinação correta dos RSU na cidade, a possibilidade de contaminação do lençol freático é bastante significativa;
4. A infiltração de chorume no solo em decorrência da disposição dos RSU nos lixões vem acarretando impactos negativos diversos na biodiversidade da cidade;
5. Os problemas ambientais e à saúde pública, devido à presença desse descaso, têm sido preocupação em nossa cidade devido à disposição inadequada dos RSU;

BIODIVERSIDADE, ÁGUA E SOLO

6. Desenvolver políticas estruturantes relacionadas aos temas da biodiversidade, água e solo;
7. As ações sobre o Meio Ambiente serão divididas entre o urbano e o rural, combinado com a concepção de microbacias hidrográficas, já que água está relacionada as demandas diferentes e, portanto, agiremos no município desta forma;
8. Vamos dividir o município em microbacias hidrográfica e escolher as sete principais (Região do Riacho do Açude Juá, Logradouro/Bosque, Serrotão/mutirão, Bodocongó/Prado-trecho urbano, Piabas/Cachoeira, Santa Terezinha/Cruzeiro e José Rodrigues/Surrão) e para cada uma será feito uma investigação para aplicabilidade de projetos mais ajustado a região. As microbacias são diferentes e encontram-se em estágio diferente de deterioração e, portanto, a solução deve ser específica para cada uma delas;
9. Definir as melhores áreas para preservação permanente e maiores riscos de erosões, realizando ações de Recuperação de Áreas Degradada, observando o relevo acentuado ao norte do município (região do distrito São José da Mata), que possui declividade acentuada, assim como o distrito de Galante que poderá ser realizado trabalhos de reconhecimento dos locais mais degradados para primeiras ações;

CAPACIDADE DE USO DAS TERRAS – Potencial de Investimento de projetos públicos

10. Nas regiões onde predominam terras íngremes, mais susceptíveis a erosão e que são próprias para cultivos contínuos e que se prestam mais para lavoura esporádica;
11. Nas outras regiões não cultivadas, com severas limitações para culturas permanentes e reflorestamento, localizadas na região de Galante, vistas como “Terras Regulares”, receberão incentivos para serem cultivadas sem riscos de erosão;

12. Quanto a projetos de reserva hídrica e disponibilidade da população, em todas as sete microbacias, o seu dreno maior (riacho) será realizado um trabalho de recuperação da mata ciliar, assim como será avaliado os riachos e potencialidades de acúmulo de água versus qualidade de água represada, identificando características de riachos salobros no município, e sendo possível rever a concepção de barramento superficial (açudes), como por exemplo rever o Projeto Multilagos, desde que seja indicado para qual característica de exploração da água será destinada;
13. Construir 100 barragens subterrâneas nos riachos de melhor qualidade de água superficial, para suporte de umidade nas áreas de produção agrícola e passível de expansão;

No Aspecto de Saneamento Rural

14. Todos os distritos/povoados que não tem terreno para cisternas, serão atendidos com um sistema de dessalinização, buscando poços na região que possuam a melhor vazão e menor nível de salinização, para resultar em água de rejeito que seja passível de uso na dessedentação animal e/ou criação de peixes, sendo possível também incentivo a projetos de hidroponia para culturas com resistência a salinidade, plantio de erva-sal/Atriplex (planta que absorve sal do solo), ou mesmo capim elefante ao longo de leitos de riachos salobros, como forma de incrementar ração para uma pequena pecuária local;
15. Construção de cisternões com placas associado a captação por calçadões de 220 m² ou por enxurrada (recolhimento em terrenos compactados, lajedos ou terreiros), de forma que os pequenos produtores em lugares menos privilegiados quanto a qualidade de água superficial e subterrânea tenham referido reservatório auxiliando atividades agrícola;
16. Construção de cisternas de 16 mil litros e cisternões com calçadões/enxurradas de 52 mil litros, pois existem lugares que a autonomia do lugar garante alívio em meses mais secos;
17. Instalação de lavanderias que tenham como recolhimento água para descarga em banheiros que ficam em nível abaixo, assim como outras técnicas integradas para melhorar a gestão dos recursos hídricos em uma residência;
18. Construir banheiros associados a fossas sépticas, com campo de infiltração para atender frutíferas das residências sem exposição das águas residuárias na superfície dos quintais, melhorando a saúde pública como um todo;

Cobertura Florestal

19. Para recompor a Cobertura Florestal no Município será realizada através de uma política de incentivo a pastagem adequada e florestamento/reflorestamento para declives mais acentuados, podendo ser utilizado plantas fruteiras, preferencialmente nativas, inclusive no incentivo a instalação de agroindústria nas comunidades, respeitando o aspecto de regime de chuva local; e
20. Fazer cobertura florestal com arvore/fruteira/margeando os córregos (matas ciliares), de acordo com o rege o código florestal, que prever que deve existir reserva legal de 20% em todas as propriedades rurais;

I.9 – Área – Governança

Com base nos princípios do Manifesto e programa do Partido Socialista Brasileiro, a formulação de uma proposta política deverá focar a realidade de cada cidade, seja ela de grande, médio ou pequeno porte, porém todas elas perpassam pelo social, visando à qualidade de vida da população.

Articular e Promover Múltiplas Formas de Participação da Sociedade no Controle Social e Implantar o Orçamento Democrático Participativo são essenciais para implantar a Forma do PSB de Governar.

Propostas

Articular e Promover Múltiplas Formas de Participação da Sociedade no Controle Social

- 1) Incentivando e apoiando a criação dos conselhos por meio de câmaras temáticas, que possam realizar estudos ou diagnósticos sobre temas como habitação, educação, mobilidade urbana e saúde;
- 2) Estimular, incentivar e apoiar conselhos e conferências municipais, tais como Saúde, Educação, Juventude, das Cidades, entre outros; e
- 3) Uma nova relação de diálogo com a Câmara de Vereadores;

Implantar o Orçamento Democrático Participativo

- 4) Implantar um processo de planejamento e execução orçamentária com a participação da sociedade civil; e
- 5) Manter diálogo permanente com os movimentos sociais representativos e com os fóruns da cidade;

I.10 – Área – Servidor Público

Implantar uma política de valorização do Servidor Público, por meio da efetiva implantação dos PCCRs, cursos de capacitação e realização de concursos públicos para as atividades fim, bem como melhorando salários e valorizando a organização sindical, de sorte a ampliar direitos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Recuperar as finanças do Ipsem e moralizar sua gestão, com transparência das receitas e despesas, assegurando aos aposentados os direitos que lhes são próprios.

Propostas

Melhores Salários

- 1) Defesa da política de valorização dos salários dos servidores;
- 2) Mesas permanentes de negociação com os servidores;
- 3) Implantar o piso nacional das diversas categorias.

Reconhecimento e Valorização da Organização Sindical

- 4) Reconhecimento do comitê de local de trabalho e a representação de base, com estabilidade para seus membros;

- 5) Garantia da estabilidade e licença para os dirigentes sindicais eleitos pelas organizações sindicais;
- 6) Defesa do custeio para as organizações sindicais, arrecadação e repasse em folhas de pagamentos;
- 7) Mesas permanentes de negociação com o sindicato representativo da categoria; e
- 8) Regulação dos direitos de organização e negociação no setor público.

Ampliar os Direitos Trabalhistas e Previdenciários

- 9) Defesa da previdência pública e sua universalização, inclusive com a recuperação fiscal do IPSEM;
- 10) Combate a todo e qualquer retrocesso nas regras da previdência dos servidores;
- 11) Nenhum retrocesso de direitos – Avançar na conquista de novos direitos;
- 12) Funções iguais, salários iguais – Não aceitaremos a discriminação das pessoas, muito menos em ambiente de trabalho, seja por etnia, raça, gênero, orientação sexual, idade ou com deficiência;
- 13) Defesa do aumento da licença maternidade e paternidade;
- 14) Defesa da saúde do trabalhador e trabalhadora, como também a efetiva segurança, medicina e higiene no trabalho;
- 15) Instituição de planos de cargos, carreiras e salários, bem como efetiva implantação e regularização dos existentes; e
- 16) Criação da Câmara Permanente de Negociação Trabalhista para discutir: Reajuste Salarial, Revisão de Planos de Cargos, Condições de Trabalho, Qualificação do Servidor, entre outras questões importantes da categoria.

I.11 – Segurança Pública

1 POTENCIALIZAR / EFETIVAR / OPERACIONALIZAR O GGI-M (GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL)

- Aprovar legislação municipal com penalidades administrativas severas a estabelecimentos que venderem álcool a jovens e adolescentes; (multas e até cassação do alvará de funcionamento);
- Proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros públicos e nos espaços públicos como praças, parques, quadras, poliesportivos, campos de futebol, equipamentos de cultura e de ensino;
- Implantação de um programa municipal de combate à droga e consumo de álcool; (Semelhante ao Proerd da PMPB – Através da Guarda Municipal).

2 CRIAR O OBSERVATÓRIO ESTRATÉGICO (NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA / ANÁLISE CRIMINAL)

- Ligado ao GGI-M;
- Banco de Dados;
- Diagnostico, Planejamento, Avaliação e Monitoramento;
- Georeferenciamento de dados.
- Consultoria: Pesquisa de Vitimização

3 GESTÃO PARTICIPATIVA

- Reativar o CONSEG-M (Conselhos de Segurança Municipal);
- Incentivar e auxiliar nos conselhos de segurança de bairro e/ou região: espaço permanente de identificação, análise, encaminhamentos e avaliação;

- Promover constantes pesquisas de opinião direcionadas a grupos expostos a violência (Jovens, mulheres e idosos).

4 PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA (REDE PROTETIVA)

- Criação do “Território Cidadão”; retomada do poder público da área (aglomerados subnormais) relegada
- Cultura de Paz nas escolas / Desarmamento Infantil
- Implantar o programa “ATLETA OLÍMPICO”, com crianças e adolescentes em situação de risco da rede municipal de ensino, através de critérios estabelecidos em diversas modalidades esportivas (Judô, atletismo, hipismo etc)
- Acessibilidade ao SINE
- Inclusão das famílias em situação de pobreza no município, estímulo ao empreendedorismo - EMPREENDER
- Realização de cursos profissionalizantes
- Criação de uma rede de apoio à mulher vítima de violência, com atendimento integral.

5 RECUPERAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

- Limpeza Urbana, Iluminação de locais com incidência de crimes;
- Manutenção de Praças, vias e calçadas;
- Instalação de equipamentos esportivos em áreas degradadas e com incidências de crimes (Campos de Futebol, quadras poliesportivas etc)

- Mapeamento das regiões prioritárias da cidade e os espaços que necessitam de intervenção e investimento.

6

TECNOLOGIA AGREGADA A PREVENÇÃO

- Reconhecimento facial durante os eventos, centro da cidade e nos bairros, com buscas aleatórias por todo o raio de cobertura das câmeras, com confronto das imagens do BD da Polícia,
- Reconhecimento sonoro de disparo de arma de fogo pelos bairros, seriam instalados sensores em prédios e escolas que identificariam disparos pela rua e outros sensores para identificar ocorrências também no interior dos prédios, muitas cidades norte-americanas utilizam esse recurso desde 2010, no BR até o momento só conheço esse modelo na cidade de Canoas, interior do RS,
- Centro de Monitoramento interligado a SEDS, acompanhando de forma efetiva o monitoramento das câmeras disponibilizadas pela cidade, comunicar com a PM através de Tablet's ou smartphones.
- Cercas virtuais nas praças, parques, prédios públicos, escolas para evitar vandalismo e invasões a escolas,
- ArDrone, seriam utilizados em monitoramento de praças, parques e comunidades como forma de prevenção e reconhecimento de perímetro, seria algo rotineiro para mostrar a população que a Guarda Municipal está alerta,
- Ampliar o sistema de monitoramento da Guarda Municipal, com a instalação de câmeras de vídeo nos bairros com maior índice de violência; (120 no total)
- Integrar o sistema de vídeo monitoramento ao Centro Integrado de ações Policiais - CIOP da Secretaria de Segurança e Defesa Social da PB.

7

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

- Construção de uma Sede Própria e adequada as demandas;
- Diagnóstico do efetivo (Estratégia de Renovação);
- Binômio: Patrimonial-Ostensivo
- Reparelhamento da Guarda Civil;
- Reestruturação funcional;
- Qualificar e treinar o efetivo da GCM para utilização de arma de fogo;
- Capacitar os Guardas Cíveis Municipais para mediação de conflitos na comunidade;
- Qualificar os Guardas Cíveis Municipais em ações ostensivas preventivas;
- Qualificar os Guardas Cíveis Municipais em programas de prevenção a álcool e outras drogas.

8

ESTABELECE A CONVENÇÃO METROPOLITANA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

- Pactuação de ações intersetoriais de prevenção
- Ações conjuntas na focalização da prevenção da violência, através da articulação das ações municipais no (social, econômico e urbano);
- Dialogo e troca de experiências da municipalidade

EIXO II – CIDADE INTELIGENTE

II.1 – Ampla Reforma Urbana e Implantação do Estatuto da Metrópole

A cidade é uma construção coletiva, feita por todos que nela vivem, portanto é fundamental que seja construído um modelo de cidade que permitam sintonias urbanas, de maneira que os cidadãos tenham acesso aos bens ou serviços, de forma democrática.

Esse olhar deve ser fundamentado no interesse público, sem privilegiar setores ou segmentos sociais.

O Estatuto da Metrópole foi instituído pela Lei 13.089/15 e estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano.

Propostas

- 1) Manter e ampliar os investimentos urbanos, com destaque para a mobilidade urbana;
- 2) Ampliar o controle social das políticas urbanas, tanto na ocupação de espaços públicos pela população, quanto pelas instituições;
- 3) A confecção de um plano diretor, para pensar a cidade de forma ampla, percebendo suas características atuais, sem esquecer o planejamento a longo prazo.

Propostas

1) Instituir a Região Metropolitana de Campina Grande

Campina Grande já possui condições de instituir sua região metropolitana, afinal é de conhecimento público a proximidade com as cidades de Lagoa Seca, por um lado, e Queimadas, por outro, o que justifica a ideia. Essa criação terá efeitos benéficos para as cidades envolvidas e para sua população.

2) Implantar o Desenvolvimento Urbano Integrado. Esta ação consiste em instituir:

I – O plano de desenvolvimento urbano integrado;

II – Planos setoriais interfederativos;

III – Fundos públicos;

IV – Operações urbanas consorciadas interfederativas;

V – Zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

VI – Consórcios públicos, observada a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

VII – Convênios de cooperação;

VIII – Contratos de gestão;

IX – Compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, conforme o inciso VII do caput do art. 7º desta Lei;

X – Parcerias público-privadas interfederativas.

III.2 – Recuperação e Modernização da Feira Central de CG

A Feira Central, uma das mais importantes e tradicionais feiras populares da Paraíba, tem sido alvo de promessas e especulações há décadas. Projetos foram elaborados e engavetados no decorrer desse período. A situação hoje em dia é caótica. A feira não possui condições de atender de forma digna e eficiente a população. O tráfego de veículos é impossível e até mesmo de pessoas é difícil. Não há higiene necessária e pouquíssima segurança. As medidas têm o escopo de propiciar aos feirantes e a população um espaço aprazível, higiênico e moderno, preservando sua identidade histórica.

Propostas:

- 1) O sucateado Mercado Central, localizado no centro da feira, será totalmente reformado. Um novo projeto arquitetônico será formulado, passando a ter mais de um pavimento, aumentando sua capacidade no número de boxes (lojas), devidamente cadastradas, para absorver todos os feirantes. As novas locações do mercado serão setorizadas pelos produtos comercializados. Todos os feirantes e comerciantes que possuem suas barracas nas ruas e calçadas da feira, serão cadastrados e terão espaço no novo projeto, nos moldes das mais modernas feiras populares do nosso país.
- 2) O antigo cassino El Dourado será finalmente restaurado. Sua fachada será um novo ponto turístico em nossa cidade, porém dentro funcionará um shopping popular de tradições nordestinas, com comércio de roupas e acessórios. No piso superior será construído um restaurante popular.
- 3) Com essa reforma e a retirada dos feirantes e comerciantes das ruas e calçadas, a cidade terá um ganho não só na nova feira, mas o centro da cidade será beneficiado também no trânsito, pois teremos a abertura

para o tráfego de veículos das seguintes ruas: DEPUTADO JOSÉ TAVARES; CRISTÓVÃO COLOMBO; CAPITÃO JOÃO DE SÁ; DOUTOR ANTONIO DE SÁ; MANOEL F LEITE; MARCÍLIO DIAS; PEDRO ALVARES CABRAL; MANOEL PEREIRA ARAUJO e DOUTOR CARLOS AGRA. A reabertura dessas ruas, facilitará e escoará nosso tráfego (centro-bairros), além de criar novos pontos de estacionamento para os veículos (zona azul), criando mais mobilidade urbana no centro da cidade.

II.3 – Implantação do Projeto Cidade Digital

Cidade Digital será um Aplicativo a ser criado e disponibilizado para dar eficiência e transparência a gestão e, sobretudo, fácil acesso por parte dos habitantes e turistas a todos os serviços prestados pela prefeitura, bem como conhecimento de locais e serviços existentes na cidade.

O objetivo é fazer com que a comunidade tenha acesso por aplicativos de celular, e/ou nos sites institucionais, aos mais variados serviços, por meio das redes sociais, levando tecnologia para os cidadãos de Campina Grande.

Essa ideia consiste em tornar mais democrático e eficiente os serviços, além de passar informações úteis e necessárias para os moradores, bem como para visitantes e turistas. Serão criados por meio digital serviços como:

Marcação de consulta e exames – O cidadão poderá marcar seu médico e exames pelo aplicativo, verificando a fila de espera, o prazo de atendimento e será informado quando seus exames estarão disponíveis etc;

Informações sobre paradas de ônibus, linhas, horários; Cada linha terá seus horários divulgados, bem como seus trajetos, para o usuário acompanhar sua pontualidade e poder se programar melhor para o dia a dia;

Informações turísticas – voltado para os turistas o aplicativo conterá toda informação turística da cidade, como museus, restaurantes, calendário de eventos, hotéis, principais ruas, serviços diversos, como shoppings e taxis etc;

Requisição de serviços diversos - Emissão de documentos pessoais, cadastro de pessoas em programas assistenciais, emissão de taxas e impostos municipais, entre outros, disponíveis em meio eletrônico, de forma menos burocrática e eficiente.

II.4 – Novos Meios de Transporte Coletivo (VLT), por meio de parcerias-público-privadas (PPPs)

Revitalizar e expandir nossa linha férrea, na forma de um ciclo em torno da cidade, para implantar um novo tipo de transporte de passageiros (VLT), ágil, cômodo, eficiente e interligado com as Centrais Integração de ônibus.

- 1) Reformar a Estação Nova, transformando-a em uma Central de Integração;
- 2) Reativar a Estação Velha, voltando a mesma a ser uma estação, porém com um novo anexo, a fim de preservar a estrutura lá existente como ponto turístico;
- 3) Criação da Linha São José da Mata - Campina Grande - Galante, integrando os dois distritos com a cidade e ajudando as pessoas que moram nesses distritos e na zona rural, bem como facilitando o deslocamento dos habitantes dos bairros da cidade para o centro através dos terminais de integração;

II.5 – Novas Centrais de Integração;

Novas centrais serão construídas nos grandes e periféricos bairros de Campina Grande.

II.6 – Criação de Ciclo-Faixas e Ciclovias

Dentro de uma nova visão de mobilidade urbana, será feito um estudo profundo para que novas ciclovias possam ser instaladas em Campina Grande, com segurança para os usuários, bem como para os pedestres e motoristas

II.7 – Regularização dos Meios de Transporte Alternativos

Em Campina Grande existe mais de 800 (oitocentos) profissionais de transporte alternativos de passageiros. O serviço será regulamentado, atendendo a demanda social, de forma anual, incluindo esses trabalhadores gradativamente, aos transportes oficiais, em cada categoria. Essa ação permitirá um controle maior para a categoria, propiciando mais segurança aos usuários e gerando receita ao município.

II.8 – Passe Livre (Para estudantes com Vulnerabilidade Social)

Consiste em fazer um cadastro que terá por base os cadastrados no programa “Bolsa Família”, para dar descontos de até 100% na aquisição de passagens do sistema de transportes públicos para estudantes com alto grau de vulnerabilidade social e que morem em locais de difícil acesso às escolas das redes públicas. Esse desconto poderá ser gradativo de acordo com a renda familiar, levando em conta condições a serem regulamentadas em lei.

II.9 – Passe Social (Meia passagem aos domingos e feriados)

Meia passagem para toda população aos domingos e feriados oficiais.

II.10 – Revitalização e Autonomia do Conselho Municipal de Transporte e Passagens

Esse conselho terá importante papel nas discussões dos temas acima, para que essas inclusões sociais possam ser, não só justas, mas eficazes e também viáveis ao município.

EIXO III – CICLO DE DESENVOLVIMENTO

Campina Grande, cidade conhecida pelo seu pioneirismo, passou por ciclos de desenvolvimento que aqui fizeram prosperar a indústria e o comércio. Num passado mais recente, ou mesmo na atualidade, também floresceu o turismo de eventos, os serviços de saúde, de educação e de ciência e tecnologia.

No entanto, nossa cidade, ao contrário de outras similares do nordeste brasileiro, não soube aproveitar seu potencial para oportunizar novos empreendimentos que gerassem trabalho e riquezas. Perdeu oportunidades por falta de visão de futuro ou conhecimento da realidade que se apresentava. Em decorrência deste descaso, o PIB encolheu, a cidade perdeu posição comparativa e hoje não tem firmado qual o “*norte*” a ser buscado para propiciar um novo ciclo de desenvolvimento.

A insegurança hídrica e a dependência da energia hidroelétrica foram fatores superados pela posição geográfica, pelo empreendedorismo empresarial e pelo capital de recursos humanos altamente qualificados que a cidade possui. Apesar da dependência dessas duas matrizes há de sobra potencial para criar um novo ciclo de desenvolvimento, tomando como base a enorme capacidade criativa da cidade.

Assim, com um olhar no futuro, sem descuidar do passado, propomos 10 (dez) ações efetivas, abrangendo áreas de ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo, comércio, agricultura e turismo para gerar emprego e renda e, por conseguinte, alavancar o crescimento sustentado de Campina Grande, com um Novo Ciclo de Desenvolvimento.

III.1 – Incentivo Locacional e Fiscal à Criação de Startups

Podemos comparar um *cluster* a uma colmeia, espaço onde se desenvolvem diversas formas de cooperação, colaboração, especialização, e divisão do trabalho, recomendando formas de gestão inovadoras e integradas.

Nos territórios que sediam clusters ou arranjos com dinâmica similar, as instituições governamentais e privadas, as empresas, os investidores, dentre outros atores, reúnem competências singulares para a formação de mercados de trabalho especializados, estimulando a atração de fornecedores diversos e gerando um ambiente propício para a disseminação de tecnologias e inovações.

Campina Grande hospeda, neste início de Século XXI, um importante e reconhecido cluster do conhecimento.

O cluster do conhecimento conta com cerca de 50.000 alunos cursando graduação em 16 instituições de ensino superior — 3 IES públicas e 13 IES privadas — 12,5% da população atual de Campina Grande. Existem outros 3.500 estudantes em cursos técnicos, cuja formação tem potencial para incentivar ganhos de competitividade em empresas típicas do tecido produtivo local. Destaque-se que Campina Grande possui um doutor para cada 692 habitantes — o segundo maior índice de doutores por habitante do Brasil.

Apesar de todo este potencial, Campina Grande ainda carece de iniciativas que se apropriem deste valioso 'ativo' para se consolidar como um território inovador e sustentável na Região Nordeste e no Brasil. As IES exportam a grande maioria dos cérebros aqui qualificados para várias cidades

do país e do exterior, mantendo apenas as conexões informais. A atração e promoção de empresas inovadoras têm sido um dos caminhos para se buscar alternativas mais efetivas na luta contra o êxodo de cérebros — recurso menos vulnerável a apagões. Algumas da IES locais já inserem em suas grades curriculares orientações sobre como montar um negócio e ser um empreendedor de sucesso — um traço cultural de referência junto a lideranças históricas que se destacaram em Campina Grande.

A Fundação PaqTc vem promovendo iniciativas inovadoras há mais de 30 anos. Em 2015, o MCTI apontou Campina Grande como a 5ª cidade do interior mais inovadora do país — destacando que tais cidades mapeadas apresentam abundante formação de cérebros e incentivos para iniciativas empreendedoras e criativas. Em publicação de 2016, a Revista Exame mapeou as 50 cidades mais inovadoras do Brasil, Campina Grande ocupa a 30ª posição (7ª posição no Nordeste, única cidade do interior).

A materialização do CITTA, atualmente em fase de captação de empreendimentos, representará um salto significativo na consolidação do Polo Tecnológico em Bodocongó. Campina Grande apresenta uma excelente concentração de conhecimento para atração de negócios nos setores de TIC, Saúde, Energia, e Gestão Pública Inteligente. Cada um destes setores apresenta intensidade de conhecimento, orientação a mercado e conexões internacionais.

É fundamental a articulação entre as cadeias de conhecimento e as atividades produtivas, buscando novas formas de atração, investimento e fixação de competências na cidade.

Os desafios e tendências no século XXI provocam transformações significativas nos ambientes que acolhem a produção. As empresas portadoras de futuro estão se movendo para territórios com capacidade intensiva de geração e apropriação de conhecimento.

É necessário redimensionar investimentos em infraestruturas proprietárias ou partilhadas, com modelos mais dinâmicos e participativos — viabilizando uma gestão pública mais eficiente e parceira das pessoas.

É necessária uma ação integrada para aumentar a competitividade das empresas, gerando alternativas inovadoras para o desenvolvimento de soluções mais sustentáveis.

É fundamental explorar a proximidade e a interação com outros negócios, instituições de conhecimento e entidades governamentais, em áreas estratégicas selecionadas.

É necessário posicionar e investir na Campina Grande diferenciada, criativa e inovadora.

III.2 – Criação do Distrito Criativo – Polo de Economia Criativa

O Distrito Criativo é um Parque Urbano Aberto, de Economia Criativa e de Setores Econômicos relacionados como a Economia do Conhecimento e da Experiência.

Neste conceito convivem em um mesmo território locais de trabalho, moradia, patrimônio histórico, movimentos culturais, artesanatos, espaços verdes e de lazer.

Um Parque Urbano Aberto com essas características já existe em muitas cidades e é uma opção ao conceito tradicional de zoneamento urbano rígido e parques fechados, separando as diferentes funções (funcionalismo urbano).

Nossa proposta se diferencia por ser a construção de um ambiente urbano de criatividade, conhecimento e inovação a partir da própria comunidade criativa já estabelecida em um determinado território da cidade.

Economia Criativa é a produção e distribuição de bens econômicos cujo valor se deve principalmente à sua natureza simbólica. Exemplos: artistas plásticos, artesãos, poetas, músicos, atores, designers, arquitetos, galerias de artes, lojas de antiguidades, entre outros.

Economia do Conhecimento é a produção e distribuição de bens econômicos que tem também uma natureza simbólica, mas cujo valor se deve

a sua representação da verdade e à sua adequação à realidade. Divide-se em Pesquisa, Informação e Ensino. Exemplos: jornais, editoras, agências de conteúdo, cursos de artes, escolas, faculdades, etc..

Economia da Experiência é a produção e distribuição de serviços que ofereçam ao consumidor uma experiência física, sensorial ou emocional.

Exemplos: gastronomia, hotelaria, dança, turismo e esporte.

Na prática, essas economias se misturam muito e é comum uma mesma pessoa atuar em mais de uma área. Por exemplo, um músico profissional é, sem dúvida, integrante da economia criativa, mas se ele ao mesmo tempo abre uma escola com cursos de música, ele passa a ser um empreendedor da economia do conhecimento. Por outro lado, cursos de música também fazem parte do sistema de economia criativa, porque formam os futuros profissionais.

Uma cafeteria seria basicamente economia da experiência, pois trabalha com gastronomia, ou seja, oferece uma experiência sensorial, gustativa, não exatamente uma ideia ou um símbolo (embora em certos casos especiais possa também estar presente), mas pode usar o seu espaço para pequenas exposições de fotografia ou pinturas, e seria também um espaço de circulação de produtos ou obras da economia criativa.

Os Polos de Economia Criativa são territórios destinados ao fomento e desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa e economia do conhecimento, entendida como o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, sendo composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda.

São compatíveis com os Polos de Economia Criativa e Economia do Conhecimento as atividades relacionadas às seguintes áreas:

Patrimônio Cultural: atividades que se desenvolvem a partir dos elementos da herança cultural, envolvendo as celebrações e os modos de criar, viver e fazer, tais como o artesanato, a gastronomia, o lazer, o entretenimento, o turismo a sítios com valor histórico, artístico e paisagístico, e a fruição a museus e bibliotecas;

Artes: atividades baseadas nas artes e elementos simbólico das culturas, podendo ser tanto visual quanto performático, tais como música, teatro, circo, dança, e artes plásticas, visuais e fotográficas;

Mídia: atividades que produzem um conteúdo com a finalidade de se comunicar com grandes públicos, como o mercado editorial, a publicidade, os meios de comunicação impresso e produções audiovisuais cinematográficas, televisivas e radiofônicas;

Criações Funcionais: atividades que possuem uma finalidade funcional, como a arquitetura, a moda, as animações digitais, jogos e aplicativos eletrônicos e o design de interiores, de objetos, gastronomia e de eletroeletrônicos.

Assim, criaremos, como primeiro passo, o Polo de Economia Criativa Economia do Conhecimento: **Distrito Criativo Açude Novo**.

III.3 – Criação de um Polo de Confeção de Roupas aliado a Construção de um Grande Centro de Comércio Atacadista e Varejista

O Comércio sempre foi um dos destaques de Campina Grande. Aliado a capacidade empreendedora e a grande quantidade de fabricas de portes variados existente na cidade, se faz *mister*, induzir esse segmento por meio de incentivos locacional e fiscal.

Isto demanda recursos que ensejam parcerias da prefeitura com os governos federal e estadual.

A ideia de um Polo e não de um Distrito se explica pela razoabilidade de não forçar os produtores atuais a deslocamentos, bem como pulverizar na cidade o empreendedorismo do fazer confecção, seja com maquinário próprio ou subsidiado pela prefeitura, tendo como suporte para venda da sua produção

um Grande Centro de Comércio, a exemplo de cidades do vizinho estado de Pernambuco.

A proposta tem como objetivo não só revitalizar o comércio, mas também, e, sobretudo, a geração de emprego e renda para suprir a carência de emprego nos mais diversos segmentos sociais.

III.4 – Criação de um Distrito Comercial para implantação de um Centro Logístico de Distribuição de Comercio Atacadista

III.5 – Recuperação e Expansão do Polo Calçadista

III.6 – Criação do Empreender CG

III.7 – Criação da Fábrica Social de CG

III.8 – Construção do Centro de Cultura, Artes, Artesanatos e Folclore da Paraíba

III.9 – Fortalecimento Turístico da Cidade – Criação de Feiras Anuais da Culinária, do Artesanato, da Cultura Popular e da C&T, bem como dos atuais eventos: Nova Consciência, São João e Festival de Inverno.

III.10 – Incentivo a Agricultura Familiar na Zona Rural e Distritos.

Campina Grande está situada no agreste da Borborema e tem uma área de 595,5 km². A zona rural tem quase 5% da população, próximo de 20.000 habitantes e tem três importantes distritos: São José da Mata, Galante e Catolé de Boa Vista.

Antes do crescimento da cidade no início do século XX, devido à cultura do algodão, foram as feiras que representaram a principal atividade econômica da localidade. A Feira de Campina Grande se tornou conhecida nacionalmente por conta de sua diversidade e amplitude. É uma das maiores do Nordeste.

Campina Grande possui mais de sete feiras livres: a Central (primeira), a "Arca Titão" e "Arca Catedral", no centro da cidade; a feira da Prata, de Bodocongó, das Malvinas e de Zé Pinheiro.

Atualmente, vale destacar, existem as feiras da agricultura familiar em diversas localidades da cidade com a presença de produtores de Campina grande e dos municípios vizinhos.

Situação Atual

Atualmente falta projetos de geração de emprego e renda, projetos de convivência com a seca, projetos de incentivo a comercialização e projetos de turismo rural. Outra constatação é que o conhecimento existente está distante do campo. Ademais, não tem inovação capaz de melhorar a vida dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Os Funcionários Qualificados da Secretaria Municipal não recebem motivação ou incentivo para desenvolverem projetos técnicos, de sorte que falta assistência rural aos que labutam na agricultura campinense.

Situação proposta

Estabelecer parcerias com universidades, institutos de ensino, institutos de pesquisa, ong's e empresas, visto que Campina Grande é celeiro de conhecimento nesse setor da agropecuária, com reconhecimento nacional e internacional.

Elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Município, capaz de fixar os rumos da agropecuária para os próximos 20 anos, estabelecendo um diálogo permanente com os conselhos e suas representações, fazendo com que a cidade fosse distribuidora da produção regional, bem como produzisse alimentos na quantidade e na qualidade desejável para atender as necessidades da sua população e das demais cidades da região.

Propostas

1) Instituir o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, por meio de:

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Compras Institucionais para hospitais municipais; e
- Compra desses produtos para Merenda Escolar.

2) Construir um Centro de Comercialização e Distribuição da Agricultura Familiar para fortalecer as feiras existentes que comercializa produtos advindos da agricultura familiar, da reforma agrária e de sistemas agroecológicos. Exemplo Feira da FEAGRO, que acontece na quarta-feira na UFCG, na sexta-feira na pirâmide do parque do povo e no sábado nas Malvinas;

3) Criar Grupos de Consumo Responsável (GCR), que são iniciativas de consumidores organizados que se aproximam dos produtores com a finalidade de fomentar o consumo de alimentos diretamente do produtor;

4) Criar o Projeto Cinturão Verde para incentivar a Agricultura Urbana e Peri urbana nos espaços vazios da cidade e em áreas públicas de escolas e creches implantando hortaliças e plantas medicinais em parceria com associações, clubes de mães e sociedades de amigos dos bairros;

5) **Criar um Programa Municipal de Alimentação Animal** para garantir a segurança alimentar e nutricional dos rebanhos, priorizando a Bacia Leiteira e as Agroindústria de leite e derivados:

5.1-Projeto Palma Resistente

5.2-Projeto Empilhadeira na comunidade

5.3-Projeto Banco de Alimentos Animal com leguminosas e outras plantas usadas na alimentação dos rebanhos.

6) **Linha especial de fomento** para agricultura familiar através AMDE/Banco Popular/Empreender priorizando as mulheres e juventude;

7) **Programa Estrada Boa** - Readequação das estradas rurais do município e pavimentação dos pontos críticos com o aparelhamento dos equipamentos para manutenção das estradas rurais;

8) **Projeto Algodão Colorido e Orgânico** – Incentivar a produção, comercialização e o artesanato de algodão colorido e orgânico, estabelecendo parceria com a Embrapa Algodão;

9) **Programa de Turismo Rural** estabelecendo conexão do rural campinense com os turistas que participam dos grandes eventos da cidade. Exemplo: Maior São João do Mundo e os eventos religiosos;

10) **Ampliar o Programa de Distribuição de Sementes e Mudas Certificadas Locais**, fortalecendo os bancos comunitários de sementes. Priorizando sementes de culturas alimentares e forrageiras, Mudas Frutíferas, Florestais e Medicinais. Criando Bancos comunitários nos distritos de Galante, São José da Mata, Catolé de Boa Vista e em outras comunidades;

11) **Programa Terra Pronta** para garantir o corte de terra aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária a terra pronta para culturas priorizadas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

- 12) **Programa Terra Legal** para garantir a regularização fundiária da área rural através de parcerias com os governos federal e estadual;
- 13) **Garantir** recursos para parcerias nos programas Garantia Safra, PB livre de Febre Aftosa, Programa de Sementes, crédito PRONAF entre outros;
- 14) **Criar** um Programa de Expansão e Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura;
- 15) **Fomentar a Criação de Cooperativas de Agricultores familiares**, facilitando seu acesso a mercados e subsidiando os investimentos em técnicas de processamento industrial da produção;
- 16) **Programa Cidadania no Campo** para Investir no acesso pleno dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária aos serviços públicos, em especial os de saúde, educação e habitação de qualidade, além da inserção digital e acesso à informação, facilitando sua permanência no campo;
- 17) **Realizar Vitrines Tecnológicas** para apresentação de tecnologias para o desenvolvimento do campo, como a produção de alimentação animal e manejo do rebanho.
- 18) **Instituir o Programa Municipal** de Conservação de Solos e de Recuperação de Áreas Degradadas;
- 19) **Consolidar o Sistema de Inspeção Animal – SIM** para que facilite a implantação de empreendimentos agropecuários no município.

ÀGUA - Recursos hídricos

- 20) **Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água**, incorporando a saúde humana, a qualidade da

água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento;

- 21) **Implementar ações efetivas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca**, com programas de construção de cisternas, barragens subterrâneas, poços e dessalinizadores comunitários;

Empregos verdes

- 22) Estimular, por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios, a geração de empregos verdes, principalmente na construção civil, na indústria, no turismo, no transporte e na agropecuária; e
- 23) Estimular a geração de energia solar e outras fontes de energia limpas, seguras e renováveis na agricultura.

Campina Grande, 09 de agosto de 2016.

Adriano César Galdino de Araújo – Prefeito

Inácio Justino Falcão Pereira – Vice-Prefeito